

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”:
história e memória do processo de nacionalização da Escola
Étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de
1930/40)

Resumo

Inscrito no grande tema da História da Educação e com base numa trama de narrativas de sujeitos que vivenciaram as normas e práticas escolares ao tempo do processo de nacionalização compulsória do ensino promovida pelo governo do presidente Getúlio Vargas, o presente trabalho se dedica a explorar facetas deste processo, no espectro das chamadas escolas étnicas implantadas na região oeste de Santa Catarina. Em específico, se concentra na comunidade de São Carlos, uma comunidade historicamente configurada em diálogo com a imigração de alemães e seus descendentes para a região.

Palavras-chave: Escola étnica. Educação. Cultura escolar.

Celso Francisco Tondin
Universidade Comunitária da
Região de Chapecó
tondin@unochapeco.edu.br

Zenaide Ines Schmitz
Estado de Santa Catarina
zenaideines@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar aspectos da cultura escolar das escolas étnicas que passaram a ser construídas em São Carlos (SC), quando da vinda dos primeiros colonos a região. A escola étnica pode ser caracterizada pelo ensino dos saberes escolares na língua de origem do grupo étnico, a construção da escola é realizada pela própria comunidade que se responsabiliza financeiramente pela estrutura da escola e o salário do professor.

A região de análise enfocada é o município catarinense de São Carlos que, foi colonizado por descendentes de alemães a partir de 1927 e na leitura do observador Othon D’Eça (1991), integrante da comitiva do Governador Adolfo Konder em 1929 define São Carlos como “uma colmeia ativa, onde uma gente próspera e sadia vai construindo seu favo de ouro. Vale a pena vê-la”.

Neste sentido, Othon D’Eça vê São Carlos em meio a uma floresta densa, à beira dos rios Uruguai e Chapecó, onde enxerga uma colmeia que seria o grupo étnico que estava construindo seu favo de ouro, ou seja, seu futuro.

A partir de documentos encontrados na Paróquia São Carlos Borromeu, no CEOM, no Arquivo Público Municipal de Chapecó, nas escolas do município, na Casa da Memória e através de entrevistas realizadas com alunos e alunas que passaram pelas escolas étnicas que esta história foi sendo construída. A possibilidade de usar testemunhos vivos desse processo histórico e confrontar com outros tipos de fontes enriquece ainda mais o conhecimento sobre esse período na história da educação local.

Assim, vejo que adquirir informações sobre os aspectos que perpassaram a história da educação regional e local é importante e necessário para estudiosos da história da educação.

A necessidade do conhecimento do passado da educação é inconteste e tornou-se consenso entre especialistas de que esta área ainda necessita de estudos mais profundos. Assim, não somente os professores, mas também os alunos, suas experiências e práticas educativas no cotidiano escolar, estão ainda para ser melhor conhecidos. Ouvir e analisar

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

os depoimentos de homens e mulheres que vivenciam as experiências da escola étnica é relevante do ponto de vista histórico.

Outro aspecto a considerar e de suma importância é que percebendo a memória viva ainda presente, a necessidade de guardá-la tornou-se fundamental. Portanto, este trabalho também é fruto da preocupação com a preservação da memória histórica. Marilena Chauí (2005) coloca que a “memória cumpre sua função de guardar o tempo evitando sua perda total”.

Contextualizando a região pesquisada

Para o presente trabalho, a ênfase é dada a comunidade de São Carlos¹, pertencente na época ainda ao município de Chapecó, que a partir de 1927 formou-se ao longo das matas a beira do rio Uruguai que faz divisa entre Santa Catarina e Rio Grande dos Sul e o rio Chapecó, que divide os municípios de São Carlos e Águas de Chapecó. Atualmente, São Carlos é um município com 161,292 km² e 10.753 habitantes (IBGE, 2013).

A comunidade de São Carlos foi povoada por descendentes de alemães católicos oriundos de várias regiões do noroeste do Rio Grande do Sul. O fato de São Carlos receber um contingente populacional em sua maioria de alemães católicos era uma estratégia na época utilizada pela Companhia Territorial Sul Brasil² para facilitar a organização comunitária. Kreutz (1991, p.49), aponta que a opção pela homogeneidade étnica e religiosa “favorecia a organização religiosa social e escolar da comunidade”; ou seja, a organização comunitária seguia princípios em que os alemães católicos, alemães evangélicos e italianos católicos estivessem morando em regiões distintas. Tal fato pode ser observado nos registros do Livro Tombo da Paróquia de São Carlos:

¹ Em muitos documentos aparece registrado o nome “Capanen”, referindo-se a São Carlos. Para as pessoas que ali residiam o nome era “Porto dos Cantadores” e oficialmente o nome da comunidade era São Carlos que na época era um núcleo pertencente ao município de Chapecó. Tornou-se distrito no ano de 1938 e apesar de ser criado pela lei estadual n.133 de 30 de dezembro de 1953, o município foi efetivamente instalado em 1954. (Arquivo Câmara Municipal de Vereadores de São Carlos).

² Companhia Territorial Sul Brasil com sede em Porto Alegre/RS que através de seu diretor Carlos Culmey foi responsável pela colonização de São Carlos, por volta de 1927. (WERLANG, 2002).

Pela Companhia Territorial Sul Brasil ficou a nossa zona repartida em três partes a saber: a região de São Carlos para os teuto brasileiros católicos; a de Palmitos para o teuto brasileiros protestantes, e a de Santa Lúcia para os ítalo brasileiros. (SÃO CARLOS, 1938, p. 37).

A formação de comunidades com a mesma origem étnica e credo religioso criariam menos conflitos entre si, além de facilitarem a organização comunitária, evitando a construção de duas ou mais igrejas ou escolas na mesma comunidade.

O autor ainda coloca que a estrutura necessária para a organização do apoio ao processo escolar, religioso e sociocultural dos núcleos rurais, tinha “como princípio que determinado número de colonos se dispusesse de um centro (vila) com infra-estrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso fundamentais.” (KREUTZ, 1991, p.55-56).

As fontes orais como recurso metodológico

A história oral apresenta-se como a possibilidade que se dispõe para encontrar o passado dos alunos e alunas que vivenciaram a escola étnica de São Carlos (SC). Através da história oral é possível compreender os múltiplos elementos que compuseram a vida, o cotidiano, de pessoas "comuns" no passado, e que estes elementos, transformados, modificados, profunda ou superficialmente, estão presentes em nossa sociedade.

E porque as fontes orais? Porque segundo Portelli (2010, p.03), na “oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público”. É dar voz para aquelas pessoas que quase ninguém escuta. É dar direito de falar e ser ouvido, ser escutado. É recolher essa voz e leva-la ao espaço público do discurso e da palavra. É dar a possibilidade ao entrevistado de aprofundar sua compreensão de sua própria história, sua própria experiência, valorizando o papel e a ação dos sujeitos na história. É o reconhecimento de sujeitos que têm direitos, que têm saberes e que têm uma identidade, ou como argumenta Prins (1992, p.192) referindo-se ao historiador Paul Thompson, “para dar voz aqueles que não se expressam no registro documental”.

Utilizo a história oral por reconhecer a potencialidade de tal metodologia e demonstrar a falibilidade e as possíveis incoerências dos contextos sociais

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

convencionalmente definidos. Esse método possibilita explorar o objeto em estudo ao rés do chão, de modo capilar. Isso possibilita “uma visão mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história” (SHARPE, 1992, p.54).

No entanto, numa pesquisa com a utilização de fontes orais a necessidade da “ética em história oral”, apontada por Amado (1997) é imprescindível, uma vez que o pesquisador é aquele que produz o documento final como discute Antoinette Errante (2000) “os narradores não somente escolhem o que vão lembrar e contar a você, eles também participam negociando o contexto da lembrança”.

Outra questão pertinente é que a história oral também vem sendo muito utilizada dentro da história da educação. Errante ao defender o uso da história oral nas pesquisas em história da educação, afirma que:

As histórias orais acrescentam uma dimensão não-oficial inestimável para essa história educacional que, de outro modo, se encontra disponível apenas através da leitura- e contra-leitura- da documentação oficial dos regimes coloniais e pós - coloniais. As histórias orais podiam contribuir com essa dimensão acrescentando a história como experiência vivida. (ERRANTE, 2000, p.146).

Assim, por meio dos documentos pesquisados, articulados com as lembranças das experiências dos alunos das escolas étnicas foi possível tecer parte da trajetória da história da educação dessas escolas em São Carlos (SC).

As escolas étnicas da comunidade de São Carlos (SC)

Com a vinda das primeiras famílias a São Carlos por volta de 1927, torna-se necessário alguma forma de organização comunitária. Essa organização parte da iniciativa dos próprios colonos, que passaram a construir estabelecimentos comunitários, como escolas e igrejas. A necessidade da fundação de uma escola é justificada pelo número de crianças em idade escolar impossibilitadas de estudar pela inexistência de escolas próximas, para tanto as escolas foram organizadas e passaram a funcionar fora do aparelho estatal. O ensino nas escolas passa a ser desenvolvido por professores que

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

não tem formação específica e em língua alemã, devido à despreocupação do governo em criar e manter escolas onde os alemães e descendentes pudessem aprender a língua do país.

A primeira escola a funcionar na comunidade de São Carlos era muito simples, de madeira dirigida e controlada pelo professor Nicolau Schoemberger, que exerceu o magistério em 1929 e nos primeiros anos da década de 1930. A língua oficial na escola era o alemão.

Quando as linhas³ da comunidade de São Carlos começaram a crescer, várias escolas começam a ser organizadas por iniciativa dos próprios colonos. As relações de companheirismo permeavam a vida cotidiana das famílias de colonos. Não estavam ligados tão somente aos laços de necessidade de força de trabalho, mas também as solidariedades do qual necessitava esse social. Ajudar na construção daquilo que seria utilizado por todos era mais que um dever, era um ato de companheirismo. A construção de escolas e igrejas foi acontecendo de forma gradativa, de acordo com a necessidade dos moradores.

Estas escolas podem ser denominadas de “escolas étnicas”, pois se caracterizam por serem escolas que estão localizadas em áreas rurais, sendo construídas e administradas pelos próprios colonos, além de preservarem aspectos culturais, como a língua e os costumes. (KREUTZ, 1991, p.84).

Alma Franken⁴ cita que com a doação do terreno feita pela Companhia Territorial Sul Brasil, algumas famílias da Linha São João se juntam e constroem a primeira escola em 1932 que servia para as celebrações dos cultos religiosos realizados aos finais de semana e durante a semana o espaço era utilizado para as atividades escolares. Recebeu a denominação *Schulkapelle*⁵ e o ensino era ministrado em língua alemã.

³ Expressão designada a núcleos populacionais em torno de 80 a 130 famílias (os maiores chegavam a 170), cada qual morando em seu lote apenas do tamanho suficiente para o sustento de uma família variando de 25 a 75 hectares (KREUTZ, 1991, p.57).

⁴ FRANKEN, Alma. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 23 de maio de 2000. Acervo particular.

⁵ Expressão do dialeto alemão utilizado pelos colonos da Linha São João que significa: escola-capela.

De acordo com Klug:

Falar de escola alemã em Santa Catarina implica a necessidade de se levar em conta outra instituição extremamente importante na história da imigração, ou seja, a igreja. Em torno dessas duas instituições, se organizou a vida, o cotidiano das colônias, especialmente daquelas mais distantes dos núcleos urbanos (*Stadtplatz*). (KLUG, 2003, p.142).

Em Aguiinhas, linha formada basicamente por teuto-russos⁶, a construção de uma escola para a educação das crianças partiu dos próprios colonos. A primeira escola foi construída em 1934, era uma construção de madeira onde atuava a Professor Mathias Erdmann.

A preocupação com o ensino formal gerou o comprometimento dos colonos com a implantação de estabelecimentos educacionais adequados às necessidades da localidade, e muitos colaboravam com o que dispunham, fosse financeiramente ou através de prestação de serviços.

As lembranças da escola

Buscar as lembranças através da história oral significa ter a consciência de que a memória possui o fenômeno da lembrança. O ato de lembrar passa pela seleção e escolha do que lembrar, o que ocorre em virtude de aspectos muitas vezes afetivos, sentimentais e de valor. Além disso, é preciso ter clareza que existe a “dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993). A lembrança, assim como o esquecimento, são atos fundamentais engendrados ativamente pelas sociedades como forma de se constituir.

Nesse processo de aproximação com as experiências escolares, o conceito de cultura escolar foi fundamental. Dominique Julia define cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que

⁶ O termo teuto-russo, em alemão *russlanddeutsche*, é empregado para definir o descendente de alemães que, por viver ou ter nascido em território russo, possui nacionalidade russa.

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10).

Assim, analisar essa cultura escolar implica em levar em conta o corpo que esta envolto dessas práticas; os alunos que são chamados a seguir as ordens estabelecidas e os professores que são encarregados de aplicar os dispositivos pedagógicos.

Frente a essas colocações vem o seguinte questionamento: Que experiências são guardadas na memória dos homens e mulheres da comunidade de São Carlos (SC) que estudaram nas escolas étnicas? Em outras palavras, a pergunta em questão é formulada no sentido de “dar voz” aos homens e mulheres que estudaram nas escolas étnicas, considerando as práticas educativas vivenciadas.

As experiências de alunos e alunas das escolas étnicas de São Carlos (SC)

Com base nas entrevistas realizadas, sabe-se que os professores que atuavam nas escolas étnicas da comunidade de São Carlos não tinham formação específica e eram pagos pelas famílias que tinham crianças na escola. Para ser professor bastava saber ler e escrever. Um professor ou professora reunia os alunos de todas as séries para o exercício pedagógico numa mesma sala de aula, com o objetivo de ensinar a ler, escrever e a fazer contas. O conteúdo era selecionado de acordo com o cotidiano das pessoas da comunidade na tentativa de resolver os problemas próximos.

Nesse sentido, Egon Schaden destaca que:

As escolas coloniais comunitárias, localizadas nas zonas de baixa densidade demográfica, normalmente não contavam com o devido apoio, nem professores com formação. A função era ocupada por alguém da comunidade e não havia um plano a ser seguido. O professor determinava o ritmo e conteúdos a serem passados aos alunos. Caracterizava-se pela informalidade, sem material didático comum a todos, sem um período escolar determinado, dada a sazonalidade das elites agrícolas. (SCHADEN apud Klug, 2003, p.145).

A concepção de educação que se tinha na época era autoritária. O professor era o guia indicando o caminho a ser seguido. Os estudantes não podiam questionar apenas acatar as orientações. Do educando podia se esperar muito treino e esforço (Kreutz, 1991). Essa escola que enxerga o aluno como um sujeito passivo também pode ser o

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

observado em memorial datilografado encontrado na escola de Linha São João, onde coloca que o:

Professor, nessa época, era respeitado com diversas atribuições: na sala de aula era autoridade aprovado pelos pais, podia aplicar castigos físicos: de joelhos num canto, sem recreio, fazer tarefas extras e também a vara de marmelo entrava em ação e, geralmente o aluno era obrigado a levar bilhete informativo ao pai do qual recebia mais um castigo. Dificilmente alguém guardava algum rancor ou guardava vingança; pelo contrário, quando o castigado já adulto, responsável, ajuizado agradecia as lições e atos dos professores.

Tratava-se de uma concepção estática da educação, onde o aluno era o mero receptor e o professor o transmissor. A predominância do professor em sala de aula exige do aluno uma atitude receptiva e impedia qualquer comunicação entre eles no decorrer da aula. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade absoluta. Lídia Leonida Mumber⁷ que estudou numa escola com essa concepção, coloca que “na sala antigamente nós não falávamos nós tínhamos respeito ficava sentado como uns toco”. Kreutz aponta os princípios dessa educação:

Fomenta-se a submissão, advoga-se a supremacia da ordem estabelecida sobre a individualidade criativa. O que vale são os princípios. Em nome destes se pode até sacrificar a pessoa [...] Trata-se de uma concepção de educação com princípios pedagógicos rígidos [...] Como o mal no mundo provém apenas do desvio no agir humano, é necessária e se justifica uma ação pedagógica com disciplina forte, para caminhar e manter os educandos na verdade e no bem. (KREUTZ, 1991, p. 86-87).

Desta forma, a aprendizagem para o aluno ocorria por meio do treino e repetição. Os estudantes ficavam horas copiando as frases ou palavras soltas escritas pelo professor. Lídia Leonida Mumber⁸ comenta como eram realizadas as tarefas que o professor passava na lousa, “ele escrevia no ‘toffel’⁹ e nós copia para baixo até acertar, pra tema também ele enchia a linha e nós tinha que copia em casa até embaixo”.

⁷ MUMBER, Lídia Leonida. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 28 de março 2014.

⁸ idem

⁹ Expressão em alemão que significa “lousa”.

Com relação às atividades escolares desenvolvidas na escola étnica, no memorial datilografado encontrado na escola de São João consta que:

Os temas e exercícios da leitura e ortografia eram corrigidos individualmente. Matemática, leitura e orações eram diariamente praticados. Ditado, geografia e história era a cada dois dias; Ciências, catecismo-religião quase diários. O tema de casa era diário para todas as classes, a correção era individual para os pequenos e coletiva para os mais adiantados. Aplicava-se nota de 1 a 10. Aprovados somente com nota de 5 a 10.

Com relação às condições materiais das escolas estas eram precárias. Muitas das vezes as crianças sentavam em bancos feitos com dois cepos e uma tora, conforme relato de Mathias Blanck¹⁰.

Cadernos não existiam e quando surgiram poucos tinham condições para comprá-los. Em substituição usavam uma lousa, um material “renovável”, já que bastava passar uma esponja para torná-la novamente disponível a receber outras escritas. A lousa ficava deitada sobre as pernas para efetuar a escrita com um giz. Mas, a lousa causava diversos problemas aos estudantes, pois a mesma servia apenas para a escrita por um certo tempo e situações adversas quando ocorriam, ocasionavam situações de constrangimento. Valentim Mumber¹¹ relatou que “nós escrevia num *toffel*, quando estava cheio nós empacotava para ir pra casa, aí quando apagava a folia em casa estava feita, o que estava escrito?”. Essa situação demonstra a fragilidade do material a que os estudantes estavam submetidos, não saber a tarefa de casa pelo fato da mesma ter sido apagada durante o percurso para casa era motivo para brigas e muitas vezes castigos.

Os castigos, tanto físicos como morais, tem atravessado as escolas a muito tempo. Lembranças de surras, xingamentos e humilhações fazem parte das lembranças. Ressaltando que os castigos eram aplicados pelo professor com a aprovação dos pais. Dependendo do ato cometido pela criança, a mesma era castigada novamente em casa pelos pais. Siena Franz relata que num ato cívico que participou o rigor era tão grande

¹⁰ BLANCK, Mathias. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 20 de abril 2013.

¹¹ MUMBER, Valentim. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 28 de março 2014.

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

que um simples erro cometido era justificativa para receber castigo físico. Siena levou uma surra tanto da professora quanto do seu pai.

Ai nós caminhando eu acho que olhei um passarinho do lado ai eu sai da linha ai a pequena professora veio com uma vara de vassoura e passou duas vezes na minha perna. Ai cheguei em casa eu estava azul e vermelha ai o pai disse: isso foi muito bom na próxima vez você presta melhor atenção. Assim era antigamente. Ai também agente aprendia alguma coisa e sabia porque estava indo pra escola.¹²

Nos relatos, aparece o Professor Biermaier que exerceu suas atividades em São Carlos por longos anos. Era um professor exemplar e muito rígido ensinava a ler, escrever e a fazer cálculos na língua alemã. Terezinha Ternus hoje com 87 anos conta que foi aluna do professor Biermaier e que o mesmo era um professor muito exigente:

Ele era muito rígido, quando nós olhávamos para traz na sala nós já apanhava dele. Eu me lembro num ano em maio quando num ensaio de canto, minha irmã errou e apanhou nas mãos por errar. Em casa para os pais ela contou que era um enxame de abelhas que haviam atacado ela.¹³

Maria Natália Klauck também foi aluna do professor Carlos Biermaier e relata a severidade do professor aplicando castigos em situações adversas dentro da escola.

Agora esse professor Biermaier, quando ia na escola aqui embaixo, ai meu Deus, se agente não sabia as coisas ou escrevia errado era uma régua desse tamanho, ele vinha a mandava botar as mãos na mesa e ai em cima, ele batia em cima das mãos, eu chorei alguma vez.¹⁴

Os castigos escolares faziam parte do processo pedagógico dessas escolas. Todas as entrevistas relatam uma história de castigo sofrida, ou presenciando-os quando estes eram aplicados a seus colegas.

Considerações finais

¹² FRANZ, Siena. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 17 de abril, 2014.

¹³ TERNUS, Terezinha. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 25 de abril de 2014

¹⁴ KLAUCK, Maria Natália. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 04 de dezembro de 2013

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

Partindo da ideia de que todos os atos humanos são históricos e, portanto são um campo fértil de investigação que este trabalho foi sendo construído.

Percebeu-se que a comunidade de São Carlos dava importância a escolaridade de suas crianças, mas não tinham apoio do governo. Para tanto, criaram suas próprias escolas, que devido as suas características podem ser denominadas de Escolas étnicas.

As atividades desenvolvidas pelos alunos e alunas nas escolas étnicas consistiam em repetir a lição dada pelo professor, baseado em atividades mecânicas e reprodutoras de modelos. Quem não realizava as atividades ou até por motivos banais, era severamente castigado.

Algumas das experiências foram aqui relatadas representando alguns aspectos da cultura escolar vivenciada. Outros aspectos aparecem nos relatos, mas não fazem parte do escopo desse trabalho. Para tanto, as experiências aqui relatadas são apenas uma parte do percurso desses alunos e alunas das escolas étnicas. Essa investigação está relacionada a um projeto de estudo mais amplo, ou seja, ao tema de minha pesquisa de mestrado trata-se de pesquisa em processo de desenvolvimento, por isso está sujeito a complementações e pesquisa mais aprofundada.

Referências

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática. 2005

ERRANTE, Antoinette. **Mas afinal, a memória é de quem?** Histórias Orais e modos de lembrar e contar. Revista da ASPHE, Pelotas, n. 8, p.141-174, 2000.

KLUG, João. Escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto. **Mosaico das escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

“E ele tinha um livro que ensinava a falar português...”: história e memória do processo de nacionalização da Escola étnica Alemã no oeste catarinense (São Carlos – décadas de 1930/40)

Celso Francisco Tondin - Zenaide Ines Schmitz

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**: magistério e Imigração alemã. Porto Alegre: Ed. Universidade: UFRG: 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: São Carlos, SC. 2013. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421600&search=santa-catarina|sao-carlos>

Acesso em: 30 de abr, 2014.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de educação. Nº 1, jan/jun, 2001.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. Mnemosine. Vol.6, n 2, p.2-13 (2010).

SANTA CATARINA. Lei estadual n.133 de 30 de dezembro de 1953. Altera a organização administrativa do Estado de Santa Catarina, na conformidade do pronunciamento das Câmaras Municipais, cria municípios e dá outras providências. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de São Carlos/SC.

SÃO CARLOS. **Livro Tombo da Paróquia São Carlos Boromeu**. Ata realizada em 27 de fevereiro de 1938. Livro N.01, p. 37.

SHARPE, Jim. História oral. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

WERLANG, Alceu. **A colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

Outras fontes

Memorial datilografado da escola de São João.

Entrevistas

FRANKEN, Alma. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 23 de maio de 2000.

KLAUCK, Maria Natália. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 04 de dezembro de 2013.

MUMBER, Lídia Leonida. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 28 de março 2014.

MUMBER, Valentim. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 28 de março 2014.

TERNUS, Terezinha. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 25 de abril de 2014.

FRANZ, Siena. Entrevista concedida a Zenaide Inês Schmitz. São Carlos, 17 de abril, 2014.